



PAGAMENTO DE TARIFAS DE ÁGUA E SANEAMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ACRESCIDADA, NO ÂMBITO DE PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (Caraterização do agregado familiar)

Nome _____

Estado Civil: Solteiro Casado União de Facto _____ anos Divorciado

Separado Viúvo

Profissão _____ NIF _____

BI / CC n.º _____, válido até ____ / ____ / ____

Morada _____

Código Postal _____ - _____ Localidade _____

Contacto telefónico _____ email _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Idade ____ anos Naturalidade _____.

DECLARAÇÕES

Declaro expressamente, através do presente documento, assumir inteira responsabilidade pela exatidão e veracidade das informações prestadas - ficando, desde já, a Câmara Municipal de Viana do Castelo autorizada a realizar as diligências que julgue necessárias para as comprovar - e pela autenticidade dos documentos em anexo, e ainda que tenho conhecimento que a prestação de falsas declarações acarretará o indeferimento do pedido de apoio.

DATA E ASSINATURA

Pede deferimento, Viana do Castelo,

O Requerente,

PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

O Município de Viana do Castelo é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos e tratados no presente requerimento, nos termos e para os efeitos do Pagamento De Tarifas De Água e Saneamento a Famílias Em Situação De Vulnerabilidade Social Acrescida, No Âmbito De Pandemia Da Doença COVID-19

Os dados pessoais recolhidos serão objeto de consulta e análise, registo, organização e estruturação, pela Divisão de Coesão Social da Câmara Municipal de Viana do Castelo, com vista à proposta de decisão sobre o pedido de concessão da medida de apoio, nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

Os titulares dos dados têm o direito de solicitar ao Município de Viana do Castelo o acesso aos dados que lhes digam respeito, a sua retificação ou apagamento, a limitação do tratamento e o direito de se oporem a qualquer tipo de tratamento, podendo retirar o consentimento prestado a qualquer altura.

Os titulares dos dados têm, além do direito à portabilidade dos dados pessoais, a possibilidade de apresentarem uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativamente ao tratamento de dados realizado pelo Município de Viana do Castelo.

O tratamento dos dados pessoais constitui um requisito necessário para a decisão do pedido de atribuição da medida de apoio. Por isso, o exercício do direito de retificação dos dados pessoais constitui, igualmente, um ónus a que estão sujeitos os seus titulares, indispensável à formação da decisão administrativa assente em pressupostos, de facto e de direito, lícitos, corretos e atuais. O exercício dos direitos de apagamento, limitação ao tratamento, oposição ao tratamento ou retirada do consentimento, que é sempre livre, poderá gerar o indeferimento da pretensão, se por via do exercício de tais direitos ficar comprometida a avaliação ou o cumprimento dos requisitos necessários à atribuição da medida de apoio.

CONSENTIMENTO DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

Declaro ter lido e compreendido a informação constante deste documento, referente à proteção dos dados pessoais. Declaro que estou devidamente autorizado pelos titulares dos dados pessoais dos membros do agregado familiar que inscrevo para apresentação do pedido a fornecê-los ao Município de Viana do Castelo para os tratamentos e finalidades acima identificados. Desta forma, em nome próprio e em representação dos demais membros do agregado familiar que inscrevo, permito a utilização dos dados que de forma livre e voluntária forneço, confiando que serão utilizados para as finalidades supra descritas.

Viana do Castelo, _____

O Requerente _____

ELEMENTOS ANEXOS À CANDIDATURA

Assinalar no quadrado em branco os elementos apresentados com o requerimento.

- Apresentação dos documentos de identificação civil e fiscal de todos os elementos do agregado familiar (Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão/Cédula de Nascimento/ Assento de Nascimento/ Cartão de Contribuinte/ Cartão de Segurança Social);
- Última Declaração de IRS ou Declaração da Isenção emitida pelos Serviços de Finanças;
- Certidão emitida pela Repartição de Finanças comprovativa da existência ou não de bens imóveis, propriedade dos membros do agregado familiar;
- Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos pelos elementos do agregado familiar que se encontrem a exercer atividade profissional remunerada, relativa aos dois últimos meses anteriores à candidatura ao apoio;
- Recibos de pensões (de velhice, de invalidez, de sobrevivência, alimentos - incluindo pensões provenientes do estrangeiro) do mês em que se candidata;
- Declaração emitida pela Segurança Social comprovativa da prestação de Rendimento Social de Inserção;
- Declaração comprovativa da prestação do Subsídio de Desemprego;
- Declaração emitida pela Segurança Social comprovativa de rendimentos ou da sua ausência, relativo a todos os elementos com idade superior a 18 anos;
- Atestado emitido pela Junta ou União de Freguesia da área de residência onde seja mencionado o tempo de residência no Concelho e a composição do agregado familiar;
- Comprovativo da despesa mensal com a habitação, saúde e equipamentos sociais;
- Outros documentos pedidos pela autarquia, sempre que se considere necessário para análise do processo.